



RELATÓRIO & CONTAS 2014



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Empresa

Estrutura, Funções e

Responsabilidades

Órgãos sociais

Indicadores de atividade

2. RELATÓRIO DE GESTÃO

a) Atividade da Empresa

Setor Regulado

Qualidade da Água

Manutenção de Espaços Verdes

Fiscalização de Estacionamento

b) Clientes

Qualidade do serviço

Reclamações

c) Pessoas

d) Gestão

Investimentos e Contratação

Desempenho Financeiro

3. CONTAS

4. RELATÓRIOS E PARECERES

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Com nova Administração, desde 13 de dezembro de 2013, o ano de 2014 foi em simultâneo um ano de consolidação de atividade da **Infratróia**, de preparação para um novo ciclo e de reconhecimento pelo serviço prestado. Foi um ano em que consolidámos as competências organizacionais, aumentámos a eficiência das equipas e dos recursos e identificámos oportunidades de crescimento da empresa. Foi também um ano em que realizámos um conjunto de iniciativas visando aumentar o envolvimento individual dos colaboradores em 3 áreas em que consideramos chave a sua participação: i) na identificação de oportunidades de desenvolvimento da atividade da **Infratróia**; ii) no fortalecimento da comunicação institucional; e iii) no reforço da nossa identidade organizacional.

Resultado dessas iniciativas, aperfeiçoámos também a definição da nossa Missão, dos nossos valores e identificámos os Pilares Estratégicos da **Infratróia** com o horizonte 2015-2020. Sabemos que trabalhamos para ser uma organização reconhecida pela excelência na prestação de serviços de qualidade na manutenção e gestão das infraestruturas e espaços públicos ou de uso público e uma

referência de gestão público-privada, que participa ativamente no desenvolvimento da Península de Troia e que para cumprir essa Missão temos que apostar na melhoria contínua das Pessoas, procurando diariamente prestar um serviço de qualidade orientado para o Cliente, num ambiente sustentável, baseado em relações de Ética e Confiança, e com Rigor e Competência na tomada de decisões que defendam o interesse dos bens públicos sob sua gestão, dos acionistas e dos seus clientes. É assim, tendo por base esta Missão e estes Valores, e assente em 3 pilares estratégicos:

i) **Qualidade;**

ii) **Iniciativa; e**

iii) **Sustentabilidade;**

que iremos durante o primeiro semestre de 2015 apresentar o documento estratégico da **Infratróia** 2015-2020.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Já estando enquadrado com um dos pilares estratégicos – Iniciativa - e com a nossa Missão, consideramos ainda importante destacar o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2014 no âmbito da prevenção e resposta a situações de emergência, através da elaboração do Plano Especial de Emergência de Tróia. Esta é uma área em que a Infratróia tomou a liderança em 2013 (nesse ano promoveu a elaboração de um documento de "Estudo Inicial de Riscos e Vulnerabilidades da Península de Tróia"), e sobre a qual pretende agora envolver todos os *stakeholders* com interesses na Área de Desenvolvimento Turística de Tróia, tendo como objetivos contribuir e fazer com que todos contribuam para garantir uma segurança adequada a todos os que residem e visitam esta península e providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e a disponibilização dos meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos dos diversos riscos associados.

Mas 2014 foi também o ano em que a Infratróia viu reconhecido o seu desempenho pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), com a atribuição pela primeira vez do Selo de Qualidade

exemplar da água para consumo humano 2014. Esta distinção, aliada ao facto da Infratróia fazer parte integrante do Sistema de Gestão Ambiental do TROIA RESORT certificado pela norma ISO14001 e pelo Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS) desde 2005 e 2008 respetivamente, reconhece assim o trabalho desenvolvido diariamente pela equipa da Infratróia em assegurar um serviço de qualidade aos seus Clientes que, em conjunto com os recursos naturais que gere, são os seus principais ativos.

Neste capítulo, em 2015 pretendemos dar um novo passo, assumindo como objetivo estratégico o desenvolvimento ao longo do ano do Plano de Segurança da Água de forma ao mesmo ser implementado em 2016.

Terminamos, agradecendo a todos os Colaboradores o trabalho desenvolvido ao longo do ano de 2014, aos Acionistas e restantes Órgãos Sociais da empresa, estando certos que contará com estes para a concretização dos objetivos da Infratróia a curto e médio prazo.

A Administração da Infratróia, EM

A EMPRESA

A **Infratróia** é uma empresa do setor empresarial local (SEL), de capitais maioritariamente públicos constituída em 12 de Abril de 2001, detida 74,1% pelo Município de Grândola e 25,9% pela Imoareia.

O objeto social da Infratróia consiste na exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), incluindo as atividades de:

- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

ESTRUTURA, FUNÇÕES E RESPONSABILIDADE

A estrutura hierárquica e funcional da Infratróia está esquematizada no organograma que se apresenta a seguir e pretende ajustar a organização às linhas estratégicas e objetivos operacionais anteriormente apresentados.

O Conselho de Administração é o órgão máximo responsável, pelo que assume a responsabilidade e dispõe da autoridade necessária para assegurar:

- ✓ que os processos são estabelecidos, implementados e mantidos
- ✓ que é realizado o reporte do desempenho do sistema e sua implementação às melhorias necessárias
- ✓ a promoção da consciencialização dos colaboradores para com os requisitos dos clientes
- ✓ a comunicação para com outras entidades nos assuntos relacionados com a empresa





ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE: Fernando António de Oliveira Travassos

SECRETÁRIA: Livia Fernandes Martins

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



JOSÉ ANÍBAL GOMES FERRO DE CARVALHO
Presidente do Conselho de Administração



RICARDO MIGUEL DA COSTA
Vogal do Conselho de Administração



JOÃO PEDRO PEREIRA NUNES MADEIRA
Vogal do Conselho de Administração

FISCAL ÚNICO: PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, Lda., representada por Herminio António Paulos Afonso

FISCAL ÚNICO SUPLENTE: José Pereira Alves

Handwritten signature and initials in blue ink.

INDICADORES DE ATIVIDADE

Informação Operacional	2014	2013	Δ%
Nível atividade (m ³ faturados)	490	508	-4%
Água captada (m ³)	1 104	1 114	-1%
Nº Clientes domésticos	1 809	1 743	4%
Nº Clientes não domésticos	125	99	26%
Nº Médio de trabalhadores total	19	17	12%
Informação económica e financeira (€)	2014	2013	Δ%
Volume Negócios	883	790	12%
Outras Prestações de Serviços	318	419	-24%
Custos com Pessoal	321	303	6%
Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	140	171	-18%
Resultado Líquido do exercício	4	18	-78%
Investimento Acumulado	995	900	11%
Amortizações Acumuladas	663	531	25%
Dívidas de utilizadores	85	106	-20%
Ativo Líquido	1 074	1 183	-9%
Capital Próprio	556	677	-18%
Gastos e Perdas de financiamento	4	6	-33%
Dívidas a instituições financeiras	71	108	-34%

Valores em milhares

Desempenho económico e financeiro	Critérios ERSAR		Apreciação 2014-2013	2014	2013	Δ p.p./dias
	Mediano	Bom				
Margem de Exploração (%)	> 15%	> 30%	19% 	16%	22%	-6
Autonomia financeira (%)	> 10%	> 20%	54% 	52%	57%	-6
Grau de Capitalização (%)	> 50%	> 100%	247% 	222%	271%	-48
Prazo médio de recebimento	< 120 d	< 60 d	42 	35	49	-14

ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos

Margem de Exploração: EBITDA/Volume de negócios (não inclui a importância de clientes)

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo

Grau de Capitalização: Capital Próprio/ Capital Realizado

*Prazo Médio de Recebimento: Clientes Conta Corrente + Titulos a Receber/Vendas/Prestações de Serviços * 365*

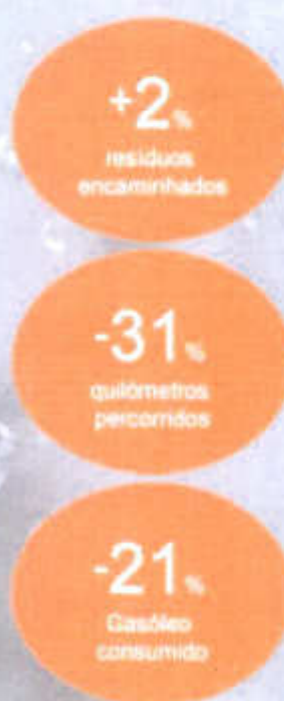
Handwritten signature and initials.

INDICADORES DE ATIVIDADE

ABASTECIMENTO DE ÁGUA



RESÍDUOS



A3
12

INDICADORES DE ATIVIDADE

QUALIDADE DA ÁGUA

Implementado o **PROGRAMA DE CONTROLO DE QUALIDADE DA ÁGUA** aprovado pelo Entidade Reguladora de Água e Resíduos (ERSAR).

- 12 pontos de amostragem;
- 122 parâmetros analisados;
- 783 medições para controlo operacional na rede
- 100% de cumprimentos dos valores paramétricos

100%
água segura

Atribuição pelo ERSAR do **SELO DE QUALIDADE EXEMPLAR DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO EM 2014.**



Qualidade Exemplar de Água
para Consumo Humano



INDICADORES DE ATIVIDADE

MANUTENÇÃO ESPAÇOS VERDES

- Constituição de uma equipa de técnicos especializados nesta área
- Redefinição dos objetivos operacionais
- Definição de medidas para a redução da água utilizada para a rega
- Entrada em funcionamento do automatismo da rega em Tróia

4,2 ha
relvados

2
rotundas
beneficiadas

153 mil m³
água de rega
UNOP2 e Via
principal

4
novas áreas verdes

118 mil m³
água de rega
UNOP1

INDICADORES DE ATIVIDADE

FISCALIZAÇÃO DE ESTACIONAMENTO

- Melhoria dos procedimentos administrativos
- Reforço da fiscalização
- Aumento da informação e sensibilização de condutores
- Substituição de sinalização e melhoria da circulação

3

Fiscais
credenciados

+31%

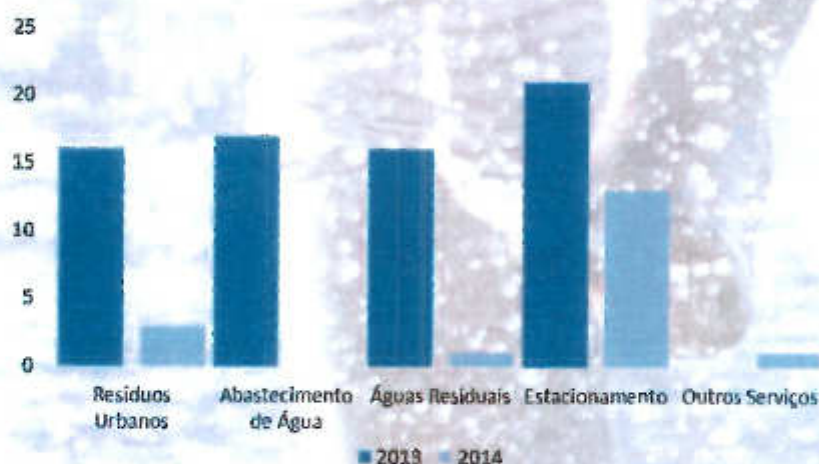
autos de notícia

+30%

autos de contra
ordenação

CLIENTES

RECLAMAÇÕES (N.º)



-77%

reclamações

100%

respostas no prazo legal

-83%

tempo médio de reparações

Suspensão do Serviço	2014	2013	Δ (%)
N.º suspensões para reparação	13	24	-46%
Duração total (h)	8,57	95,85	-91%
Tempo médio de reparação (h)	0,66	3,99	-83%
Falhas no abastecimento > 6 Horas	0	1	-100%

INDICADORES DE ATIVIDADE

RECURSOS HUMANOS



92%
horas efetivas
trabalhadas



+66%
horas de formação



49 horas
formação por
colaborador (média)

Absentismo	2014	2013	Δ%
Ausência por Acidente de Trabalho (h)	22	0	> 100%
Ausência por Baixa Médica (h)	656	64	> 100%
Ausência por Licença Parental (h)	1 776	0	> 100%
Ausência Outros (h)	296	291	2%
Total de horas de trabalho	35 133	32 309	9%
Total de horas efetivas trabalhadas (n.º)	32 384	31 954	1%
Total de horas efetivas trabalhadas (%)	92%	99%	-8 p.p.

Handwritten signature in blue ink.

INDICADORES DE ATIVIDADE

INVESTIMENTOS E CONTRATAÇÃO

95 mil euros
investimento

11 %
Rácio sobre Volume
de Negócios

INVESTIMENTOS (€)



PROCEDIMENTOS CONTRATAÇÃO
PÚBLICA (N.º)



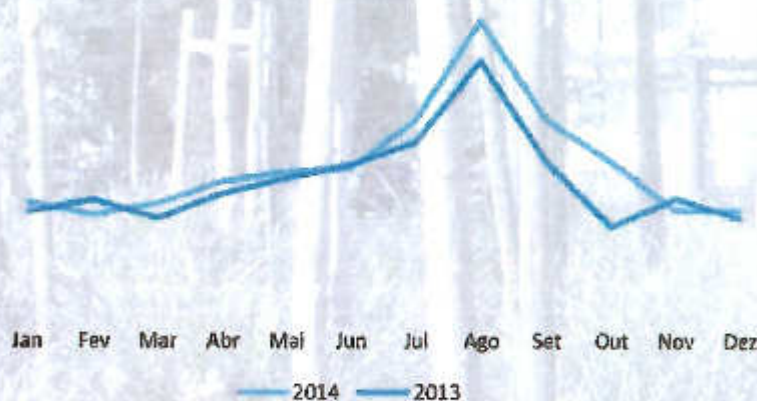
DESEMPENHO FINANCEIRO

A análise económica e financeira que se apresenta procura resumir os resultados alcançados pela Empresa, em 2014, salientando e explicando as principais variações face ao ano anterior, a qual deve ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício, apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Receitas

A empresa apresentou a 31 de dezembro de 2014 um aumento de 12% no volume de negócios face a 2013, alcançando o maior volume de negócios nos últimos 5 anos, resultado do aumento do número de clientes.

VOLUME DE NEGÓCIOS (€)



Gastos Gerais

A empresa apresentou a 31 de dezembro de 2014 um aumento de 1% nos gastos gerais da empresa face a 2013, derivado ao facto de no ano de 2014 ter sido considerado nesta rubrica o gasto de cerca de 23 mil euros, respeitante ao valor do IVA das atividades não reguladas. Adotando o mesmo critério para o ano de 2013, verificar-se-ia um decréscimo de 3% nos gastos gerais. .



Custos com o Pessoal

A empresa apresentou a 31 de dezembro de 2014 um aumento de 6% face ao ano anterior devido à contratação de 2 estagiários, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

DESEMPENHO FINANCEIRO

Fatos Relevantes

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a empresa foi alvo de uma inspeção por parte da Autoridade Tributária.

A inspeção foi efetuada no âmbito do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), despoletada por pedido de Reembolso do IVA solicitado na declaração periódica de outubro de 2013.

Decorrente desta inspeção foi necessário proceder a ajustamentos que tiveram impacto nos anos de 2010 a 2014, uma vez que não foi aceite pela Autoridade Tributária a dedução do IVA referente a gastos suportados com operações de intervenção em áreas de domínio público e promoção da área de desenvolvimento turístico de Troia, nomeadamente:

- i. Iluminação Pública;
- ii. Manutenção de espaços verdes públicos;
- iii. Conservação de infraestruturas públicas, designadamente, mobiliário urbano;
- iv. Limpeza de Espaços públicos;
- v. Aquisição/Construção de Infraestruturas públicas, nomeadamente passadiços de praias, sinalética urbana e mobiliário urbano, ciclovia, semaforização da via pública;
- vi. Aquisição de Bens e Serviços utilizados no âmbito da atividade de fiscalização de trânsito.

	2010	2011	2012	2013
Lucro Tributável Declarado (€)	140 589	66 691	47 434	33 609
IVA Corrigido (€)	22 207	51 894	36 891	36 852
Lucro Tributável Corrigido (€)	118 383	14 797	10 544	-3 242

DESEMPENHO FINANCEIRO

Fatos Relevantes (cont.)

Os ajustamentos acima mencionados traduziram numa alteração dos resultados relatados do exercício de 2013 no valor de €36.678 (iva corrigido-impосто), totalizando um impacto de €121.828 no capital próprio da Empresa.

O presente relato financeiro traduz a reexpressão dos valores do exercício findo a 31 de dezembro de 2013 de forma a permitir a fiabilidade e comparabilidade dos exercícios em causa.

Relativamente ao sistema de faturação e cobrança, da alteração levada a cabo em 2012 (novo programa informático – o PHC), resultaram algumas novas funcionalidades que permitem a melhoria do serviço prestado, a eficiência e coordenação operacional dos recursos e melhor informação de gestão.

Em 2014, foram efetuados os desenvolvimentos necessários para implementação do estabelecido no Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho nº 260/2012, de 14 de março, em que todos os pagamentos realizados por débito direto estão sujeitos a requisitos técnicos necessários para implementação da Área Única de Pagamentos em Euros, designada por SEPA, tendo este processo sido efetivamente implementado em julho.

Em Agosto de 2014 entrou em vigor o novo tarifário dos serviços de água, saneamento e resíduos, bem como os respetivos Regulamentos dos Serviços, de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora do Serviço de Aguas e Resíduos (ERSAR) e legislação em vigor.

APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos legais e estatutários, que o resultado líquido do exercício, no valor de € 4.194 (quatro mil cento e noventa e quatro euros), seja aplicado da seguinte forma:

Reserva Legal	839 Euros
Reserva Estatutária	3.355 Euros

Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos significativos, após 31 de dezembro de 2014 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados ou ajustados.

JOSÉ ANÍBAL GOMES FERRO DE CARVALHO



Presidente do Conselho de Administração

RICARDO MIGUEL DA COSTA



Vogal do Conselho de Administração

JOÃO PEDRO PEREIRA NUNES MADEIRA



Vogal do Conselho de Administração



CONTAS

Az



**INFRATRÓIA –
Infraestruturas de Tróia, E.M.**

Demonstrações Financeiras
31 de Dezembro de 2014



83
m

3.1. Balanço

me

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31-dez-2014	31-dez-2013 Reexpresso	31-dez-2013 Apresentado
ATIVO NÃO CORRENTE:				
Ativos fixos tangíveis	6 e 7	331.976	368.080	368.080
Outros ativos financeiros	9	32	-	-
Ativos por impostos diferidos	8	-	500	500
Total do ativo não corrente		332.008	368.580	368.580
ATIVO CORRENTE:				
Inventários				
Ativos biológicos				
Clientes	9	85.016	105.992	105.992
Adiantamentos a fornecedores	9 e 13	18.910	12.182	12.182
Estado e outros entes públicos	14	85.993	65.505	187.333
Outras contas a receber	9	220.773	216.732	216.732
Diferimentos	10	16.901	14.067	14.067
Caixa e depósitos bancários	4 e 9	316.638	276.671	276.671
Total do ativo corrente		742.232	691.138	812.966
Total do ativo		1.074.240	1.060.719	1.182.546
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital realizado	11	250.000	250.000	250.000
Reservas legais	11	38.857	38.857	38.857
Outras reservas	11	238.790	257.626	342.776
Outras variações no capital próprio	8 e 11	23.832	27.263	27.263
Resultado líquido do período		551.458	573.788	658.695
Total do capital próprio		555.682	554.699	676.727
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Financiamentos obtidos	12	31.989	70.741	70.741
Passivos por impostos diferidos	8	7.936	9.043	9.043
Total do passivo não corrente		39.925	79.784	79.784
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores	12	85.008	89.424	89.424
Adiantamentos de clientes	13	190	260	260
Estado e outros entes públicos	14	9.363	22.797	22.797
Financiamentos obtidos	12	36.658	36.864	36.864
Outras contas a pagar	12 e 13	329.012	267.889	267.689
Diferimentos	15	6.382	8.982	8.982
Total do passivo corrente		476.854	426.036	426.036
Total do passivo		516.578	505.819	505.819
Total do capital próprio e do passivo		1.074.240	1.060.719	1.182.546

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

Carla Fátima dos Santos Casquinha

O Conselho de Administração

Autfi *[Assinatura]* *[Assinatura]*



3.2. Demonstração dos resultados por naturezas



INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-dez-2014	31-dez-2013 Reexpresso	31-dez-2013 Apresentado
Vendas e serviços prestados	17	682.751	790.154	790.154
Subsídios à exploração	16	18.352	1.621	1.621
Fornecimentos e serviços externos	16	(737.780)	(764.427)	(727.578)
Gastos com o pessoal	19	(320.917)	(303.085)	(303.085)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	9	7.072	(20.145)	(20.145)
Outros rendimentos e ganhos	21	317.541	418.878	418.876
Outros gastos e perdas	22	(29.183)	(9.021)	(9.021)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		147.250	113.974	150.828
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 20	(132.279)	(114.311)	(114.311)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		14.977	(337)	36.514
Juros e gastos similares suportados	23	(4.336)	(6.144)	(6.144)
Resultado antes de impostos		10.641	(6.481)	30.370
Imposto sobre o rendimento do período	8	(6.448)	(12.365)	(12.538)
Resultado líquido do período		4.194	(18.847)	17.832
Resultado por ação básico	25	0,06	(0,39)	0,36

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

António Filipe dos Santos Aguiar

O Conselho de Administração

António

12



3.3. Demonstração das alterações no capital próprio

11

AB
1

3.4. Demonstração de fluxos de caixa

11

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2013

Montantes expressos em euros;

[illegible]

³ antes da nova legislação de demarcação das aldeias, no qual se incluía um 91 de dezembro de 2014.

© Technical Director of Combus

El Crescimiento Administrativo

Carle F. L. B. no 485 1890 1891 1892 1893 1894 1895 1896 1897 1898 1899 1900 1901 1902 1903 1904 1905 1906 1907 1908 1909 1910 1911 1912 1913 1914 1915 1916 1917 1918 1919 1920 1921 1922 1923 1924 1925 1926 1927 1928 1929 1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952 1953 1954 1955 1956 1957 1958 1959 1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971 1972 1973 1974 1975 1976 1977 1978 1979 1980 1981 1982 1983 1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1991 1992 1993 1994 1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 2021 2022 2023 2024 2025 2026 2027 2028 2029 2030 2031 2032 2033 2034 2035 2036 2037 2038 2039 2040 2041 2042 2043 2044 2045 2046 2047 2048 2049 2050 2051 2052 2053 2054 2055 2056 2057 2058 2059 2060 2061 2062 2063 2064 2065 2066 2067 2068 2069 2070 2071 2072 2073 2074 2075 2076 2077 2078 2079 2080 2081 2082 2083 2084 2085 2086 2087 2088 2089 2090 2091 2092 2093 2094 2095 2096 2097 2098 2099 2100 2101 2102 2103 2104 2105 2106 2107 2108 2109 2110 2111 2112 2113 2114 2115 2116 2117 2118 2119 2120 2121 2122 2123 2124 2125 2126 2127 2128 2129 2130 2131 2132 2133 2134 2135 2136 2137 2138 2139 2140 2141 2142 2143 2144 2145 2146 2147 2148 2149 2150 2151 2152 2153 2154 2155 2156 2157 2158 2159 2160 2161 2162 2163 2164 2165 2166 2167 2168 2169 2170 2171 2172 2173 2174 2175 2176 2177 2178 2179 2180 2181 2182 2183 2184 2185 2186 2187 2188 2189 2190 2191 2192 2193 2194 2195 2196 2197 2198 2199 2200 2201 2202 2203 2204 2205 2206 2207 2208 2209 2210 2211 2212 2213 2214 2215 2216 2217 2218 2219 2220 2221 2222 2223 2224 2225 2226 2227 2228 2229 2230 2231 2232 2233 2234 2235 2236 2237 2238 2239 2240 2241 2242 2243 2244 2245 2246 2247 2248 2249 2250 2251 2252 2253 2254 2255 2256 2257 2258 2259 2260 2261 2262 2263 2264 2265 2266 2267 2268 2269 2270 2271 2272 2273 2274 2275 2276 2277 2278 2279 2280 2281 2282 2283 2284 2285 2286 2287 2288 2289 2290 2291 2292 2293 2294 2295 2296 2297 2298 2299 2300 2301 2302 2303 2304 2305 2306 2307 2308 2309 2310 2311 2312 2313 2314 2315 2316 2317 2318 2319 2320 2321 2322 2323 2324 2325 2326 2327 2328 2329 2330 2331 2332 2333 2334 2335 2336 2337 2338 2339 2340 2341 2342 2343 2344 2345 2346 2347 2348 2349 2350 2351 2352 2353 2354 2355 2356 2357 2358 2359 2360 2361 2362 2363 2364 2365 2366 2367 2368 2369 2370 2371 2372 2373 2374 2375 2376 2377 2378 2379 2380 2381 2382 2383 2384 2385 2386 2387 2388 2389 2390 2391 2392 2393 2394 2395 2396 2397 2398 2399 2400 2401 2402 2403 2404 2405 2406 2407 2408 2409 2410 2411 2412 2413 2414 2415 2416 2417 2418 2419 2420 2421 2422 2423 2424 2425 2426 2427 2428 2429 2430 2431 2432 2433 2434 2435 2436 2437 2438 2439 2440 2441 2442 2443 2444 2445 2446 2447 2448 2449 2450 2451 2452 2453 2454 2455 2456 2457 2458 2459 2460 2461 2462 2463 2464 2465 2466 2467 2468 2469 2470 2471 2472 2473 2474 2475 2476 2477 2478 2479 2480 2481 2482 2483 2484 2485 2486 2487 2488 2489 2490 2491 2492 2493 2494 2495 2496 2497 2498 2499 2500 2501 2502 2503 2504 2505 2506 2507 2508 2509 2510 2511 2512 2513 2514 2515 2516 2517 2518 2519 2520 2521 2522 2523 2524 2525 2526 2527 2528 2529 2530 2531 2532 2533 2534 2535 2536 2537 2538 2539 2540 2541 2542 2543 2544 2545 2546 2547 2548 2549 2550 2551 2552 2553 2554 2555 2556 2557 2558 2559 2560 2561 2562 2563 2564 2565 2566 2567 2568 2569 2570 2571 2572 2573 2574 2575 2576 2577 2578 2579 2580 2581 2582 2583 2584 2585 2586 2587 2588 2589 2590 2591 2592 2593 2594 2595 2596 2597 2598 2599 2600 2601 2602 2603 2604 2605 2606 2607 2608 2609 2610 2611 2612 2613 2614 2615 2616 2617 2618 2619 2620 2621 2622 2623 2624 2625 2626 2627 2628 2629 2630 2631 2632 2633 2634 2635 2636 2637 2638 2639 2640 2641 2642 2643 2644 2645 2646 2647 2648 2649 2650 2651 2652 2653 2654 2655 2656 2657 2658 2659 2660 2661 2662 2663 2664 2665 2666 2667 2668 2669 2670 2671 2672 2673 2674 2675 2676 2677 2678 2679 2680 2681 2682 2683 2684 2685 2686 2687 2688 2689 2690 2691 2692 2693 2694 2695 2696 2697 2698 2699 2700 2701 2702 2703 2704 2705

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Montantes expressos em euros)

	2014	2013
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	1.040.158	997.451
Pagamentos a fornecedores	(782.131)	(813.809)
Pagamentos ao pessoal	(302.290)	(197.821)
Caixa gerada pelas operações	(44.253)	(14.200)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	183	(10.930)
Outros recebimentos / pagamentos	227.654	82.619
Fluxos das atividades operacionais [1]	183.764	57.463
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(84.057)	(67.698)
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros ativos		
Subsídios ao investimento		45.385
Juros e rendimentos similares		
Dividendos		
Fluxos das atividades de investimento [2]	(84.057)	(42.315)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	1.100	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(50.776)	(50.914)
Juros e gastos similares	(84)	(254)
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos das atividades de financiamento [3]	(50.840)	(51.068)
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]-[2]+[3]	39.966	(34.971)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	276.671	311.643
Caixa e seus equivalentes no fim do período	316.636	276.671

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

O Técnico Oficial de Contas

António Fernando dos Santos Casquilho

O Conselho de Administração

António

12
12

3.5. Anexo

12

INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, EM

Anexo às demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, E.M. ("Empresa") é uma empresa do setor empresarial local (SEL), de capitais maioritariamente públicos constituída em 12 de Abril de 2001, detida 74,1% pelo Município de Grândola e 25,9% pela Imoareia.

O objeto social da Empresa consiste na exploração de atividades de Interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), incluindo as atividades de:

- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 15652/2009,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

15655/2009 e 15653/2009, de 27 de Agosto de 2009, os quais, no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designadas genericamente por "NCRF".

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 5

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

3.4. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(I) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respectivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

Nesta categoria incluem-se os ativos financeiros classificados como "Outros investimentos financeiros". O montante registado nesta rubrica diz respeito às contribuições da Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT); um fundo de capitalização individual obrigatório, para contratos iniciados a partir de 1 de Outubro 2013 e que visa garantir o pagamento até metade das compensações devidas por cessação de contrato de trabalho.

O justo valor é determinado com base na informação disponibilizada pela entidade gestora do fundo - Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P. – que tem como base o montante das entregas feitas e a valorização da conta do empregador, nos últimos 12 meses.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6. Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

(proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.9. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos

por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e outras aplicações de tesouraria (de prazo inferior ou igual a três meses), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 detalha-se conforme se segue:

	2014	2013
Numerário	94	392
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	141.544	276.279
Aplicações de tesouraria	175.000	-
	<u>316.638</u>	<u>276.671</u>

Na Demonstração de Fluxos de Caixa, a rubrica "Outros recebimentos / pagamentos" contempla, entre outros, recebimentos relativos a reembolsos de IVA, receita do casino de Tróia, subsídios à exploração (IEFP) e pagamentos relativos a impostos (IVA, Retenções na Fonte, IUC), donativos, gastos com correios e comissões bancárias.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a empresa foi alvo de uma inspeção por parte da Autoridade Tributária. A inspeção foi efetuada no âmbito do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), despoletada por pedido de Reembolso do IVA no montante de €169.604,53 solicitado na declaração periódica de outubro de 2013.

Decorrente desta inspeção foi necessário proceder a ajustamentos que tiveram impacto nos anos de 2010 a 2014, uma vez que não foi aceite pela Autoridade Tributária a dedução do IVA referente a gastos suportados com operações de intervenção em áreas de domínio público e promoção da área de desenvolvimento turístico de Tróia, nomeadamente:

- i. Iluminação pública;
- ii. Manutenção de espaços verdes públicos;
- iii. Conservação de infraestruturas públicas, designadamente, mobiliário urbano;
- iv. Limpeza de espaços públicos;
- v. Aquisição/construção de Infraestruturas públicas, nomeadamente passadiços de praias, sinalética urbana e mobiliário urbano, ciclovia, semaforização da via pública;
- vi. Aquisição de bens e serviços utilizados no âmbito da atividade de fiscalização de trânsito.

Embora passíveis de enquadrar no âmbito do objeto social da Empresa, a Autoridade Tributária veio a adotar um entendimento divergente para estas operações.

Os ajustamentos acima mencionados traduzem uma alteração nos resultados relatados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no valor de € (36.678), totalizando um impacto de €121.828 no capital próprio da Empresa.

O presente relato financeiro traduz a reexpressão dos valores com efeitos a 1 de janeiro de 2013 de forma permitir a fiabilidade e comparabilidade dos exercícios em causa.

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31-dez-2013 Reexpresso	Correções Efetuadas	31-dez-2013 Apresentado
ATIVO NÃO CORRENTE:				
Ativos fixos tangíveis	6 e 7	369.080	-	369.080
Outros ativos financeiros	10	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	8	500	-	500
Total do ativo não corrente		369.580	-	369.580
ATIVO CORRENTE:				
Clientes	9	105.982	-	105.982
Adiantamentos a fornecedores	9 e 14	12.182	-	12.182
Estado e outros entes públicos	15	65.505	(121.828)	167.333
Outras contas a receber	9	216.732	-	216.732
Diferimentos	11	14.067	-	14.067
Caixa e depósitos bancários	4 e 9	276.671	-	276.671
Total do ativo corrente		681.138	(121.828)	812.906
Total do ativo		1.050.718	(121.828)	1.182.546
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital realizado	12	250.000	-	250.000
Reservas legais	12	38.857	-	38.857
Outras reservas	12	257.626	(85.150)	342.776
Outras variações no capital próprio	8 e 12	27.263	-	27.263
Total do capital próprio		573.746	(85.150)	658.896
Resultado líquido do período		(18.847)	(36.678)	17.832
Total do capital próprio		554.899	(121.828)	676.727
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Financiamentos obtidos	13	70.741	-	70.741
Passivos por impostos diferidos	8	9.043	-	9.043
Total do passivo não corrente		79.784	-	79.784
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores	13	89.424	-	89.424
Adiantamentos de clientes	14	280	-	280
Estado e outros entes públicos	15	22.797	-	22.797
Financiamentos obtidos	13	36.864	-	36.864
Outras contas a pagar	13 e 14	267.689	-	267.689
Diferimentos	16	8.982	-	8.982
Total do passivo corrente		426.035	-	426.035
Total do passivo		505.819	-	505.819
Total do capital próprio e do passivo		1.060.719	(121.828)	1.182.546

INFRATRÓIA - INFRAESTRUTURAS DE TRÓIA, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Montantes expressos em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-dez-2013 Reexpresso	Correções Efetuadas	31-dez-2013 Apresentado
Vendas e serviços prestados	18	790.154	-	790.154
Subsídios à exploração	17	1.621	-	1.621
Fornecimentos e serviços externos	19	(764.427)	(36.852)	(727.576)
Gastos com o pessoal	20	(303.085)	-	(303.085)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		(20.145)	-	(20.145)
Outros rendimentos e ganhos	22	418.876	-	418.876
Outros gastos e perdas	23	(9.021)	-	(9.021)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		113.974	(36.852)	156.826
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 e 21	(114.311)	-	(114.311)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(337)	(36.852)	36.614
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-	-
Juros e gastos similares suportados	24	(5.144)	-	(5.144)
Resultado antes de impostos		(5.481)	(36.852)	39.379
Imposto sobre o rendimento do período	8	(12.365)	173	(12.538)
Resultado líquido do período		(18.847)	(36.679)	17.832
Resultado por ação básico	25	(0.36)		0.36

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	2014					
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso Total
Ativos						
Saldo inicial	-	621.068	202.852	57.347	17.165	1.410
Aquisições	22.047	37.366	10.976	18.736	6.051	-
Saldo final	22.047	658.434	213.828	76.083	23.216	1.410
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial	-	378.444	105.674	32.760	13.685	-
Amortizações do exercício	1.575	66.739	39.972	19.774	4.219	-
Outras variações		(303)	-	87	216	-
Saldo final	1.575	444.879	145.646	52.621	18.120	-
Ativos líquidos	20.472	213.555	67.982	23.461	5.096	1.410

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

2013						
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso
Ativos						
Saldo inicial		570.579	202.652	54.697	17.165	-
Aquisições		50.490	-	2.650	-	1.410
Saldo final	-	621.068	202.652	57.347	17.165	1.410
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade						
Saldo inicial		318.150	67.074	20.303	10.723	-
Amortizações do exercício		60.294	38.800	12.456	2.961	-
Saldo final	-	378.444	105.874	32.760	13.685	-
Ativos líquidos	-	242.624	96.778	24.587	3.480	1.410

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes.

As amortizações do exercício, no montante de €132.279 (€114.311 em 2013), foram registadas nas seguintes rubricas:

- Gastos de depreciação e amortização – €132.279 (€114.311 em 2013) (Nota 20).

7 LOCAÇÕES

Locações financeiras

Em 31 de Dezembro de 2014 e 31 de dezembro 2013 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	2014			2013
	Custo	Amortiz. / perdas imp. acumuladas	Montante líquido	Montante líquido
Equipamento de transporte	213.628	(39.972)	173.656	164.052
	213.628	(39.972)	173.656	164.052

8 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 23%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente acresce da Derrama até à taxa de 1,4% sobre o resultado tributável e não isento de IRC, resultando numa taxa agregada máxima de 24,4%.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013 Reexpresso	2013 Apresentado
Imposto corrente e ajustamentos:			
Imposto corrente do período	872	7.708	7.708
Derrama	53	432	432
Tributação Autónoma	5.023	3.899	3.899
Efeito de alterações de políticas contabilísticas e de correções de erros	-	(173)	-
	5.948	11.865	12.038
Impostos diferidos:			
Impostos diferidos relacionados com a origem/reversão de diferenças temporárias	500	500	500
	500	500	500
Gasto com impostos sobre o rendimento	6.448	12.365	12.538

Reconciliação do imposto corrente dos exercícios findos a 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	2014	2013 Reexpresso	2013 Apresentado
Resultado antes impostos	10.641	(6.481)	29.870
Ajustes de reexpressão	-	(36.852)	-
Resultado antes impostos com ajustes [A]	10.641	30.370	29.870
Variações Patrimoniais	(1.887)	(1.887)	(1.887)
Diferenças permanentes:			
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	1.108	5.667	5.667
Depreciações não aceites como gastos	-	4.064	4.064
Multas, coimas e juros compensatórios	870	338	338
Outros	200	704	704
Excesso estimativa para impostos	(3.899)	(1.287)	(1.287)
Benefícios Fiscais	-	(2.500)	(2.500)
[B]	(3.608)	5.099	5.099
Diferenças temporárias:			
Imposto diferido	-	-	500
Constituição/Reversão de perdas por imparidade	-	(4.637)	(4.637)
[C]	-	(4.637)	(4.137)
Dedução de prejuízos fiscais de anos anteriores [D]	(3.242)	-	-
[A]+[B]+[C]+[D]	3.791	30.832	30.832
Taxa nominal de imposto	23%	25%	25%
[E]	872	7.708	7.708
Tributação Autónoma [F]	5.023	3.899	3.899
Ajustamentos à taxa de IRC	-	-	-
Derrama [G]	53	432	432
Imposto diferido gerado no exercício [H]	500	500	500
Ajustes de reexpressão	-	(173)	-
Gasto com Imposto sobre o Rendimento do Período [E]+[F]+[G]+[H]	6.448	12.365	12.538
Taxa efetiva de imposto	61%	41%	42%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

Em 2014 a Empresa utilizou o montante de 3.242,39 Euro respeitante a prejuízos fiscais, originários do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Impostos diferidos

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme se segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	2014	2013	2014	2013
Anulação de activos intangíveis	-	500	-	-
Subsídio QREN	-	-	7.936	9.043
	-	500	7.936	9.043

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foi como se segue:

	2014		2013	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	500	9.043	1.000	-
Efeito em resultados:				
Anulação de amortizações de ativos intangíveis	(500)	-	(500)	-
Outros:				
Subsídio QREN - Reconhecimento	-	-	-	12.140
Subsídio QREN - Imputação	-	(1.107)	-	(3.097)
Saldo final	-	7.936	500	9.043

As movimentações da rubrica de passivos por impostos diferidos, relativas ao subsídio ao investimento recebido (QREN), têm por contrapartida a rubrica "Outras Variações no capital próprio" (vide nota 11).

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

9 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são detalhadas conforme se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

ATIVOS FINANCEIROS	2014			2013		
	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Montante líquido
Ativos financeiros ao custo:						
Disponibilidades:						
Caixa	94	-	94	392	-	392
Depósitos bancários	316.544	-	316.544	276.279	-	276.279
	316.638	-	316.638	276.671	-	276.671
Ativos financeiros ao justo valor por resultados:						
Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) [a]	32	-	32	-	-	-
	32	-	32	-	-	-
Outros Ativos financeiros:						
Clientes	202.326	(117.310)	85.016	230.364	(124.382)	105.982
Adiantamentos a fornecedores	16.910	-	16.910	12.182	-	12.182
Outras contas a receber	220.773	-	220.773	216.732	-	216.732
	440.009	(117.310)	322.699	459.277	(124.382)	334.895
	756.679	(117.310)	639.369	735.949	(124.382)	611.566

[a] – O FCT é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, aplicável a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. O valor da contribuição da entidade empregadora é de 0,925% da retribuição base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido.

Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as contas a receber da Empresa apresentavam a seguinte composição:

	2014			2013		
	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido	Montante bruto	Imparidade acumulada	Montante líquido
Correntes:						
Clientes	202.326	(117.310)	85.016	230.364	(124.382)	105.982
Adiantamento a fornecedores	16.910	-	16.910	12.182	-	12.182
Outras contas a receber:						
Outros devedores	6.253	-	6.253	4.732	-	4.732
Cauções	20	-	20	4.000	-	4.000
Devedores por acréscimo de rendimentos [A]	214.500	-	214.500	208.000	-	208.000
	220.773	-	220.773	216.732	-	216.732
	440.009	(117.310)	322.699	459.277	(124.382)	334.895

[A] Esta rubrica inclui os rendimentos respeitantes à receita do casino de Tróia e a faturação a emitir relativa a manutenção de espaços verdes.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram reconhecidas perdas por imparidade / reversões de perdas por imparidade líquidas em dívidas a receber no montante de €7.072,16 (€ -20.145 em 2013).

10 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Rendas e alugueres	1.732	1.755
Conservação e reparação	-	631
Trabalhos especializados	-	621
Seguros	12.513	7.553
Informática	2.521	3.451
Outros	136	55
	<u>16.901</u>	<u>14.067</u>

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO**Capital social**

Em 31 de dezembro de 2014 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não ocorreram movimentos no número de ações em circulação e as mesmas são detidas pelas seguintes entidades:

Entidade	2014	2013
Câmara Municipal de Grândola	74,10%	74,10%
Imoarea - Investimentos Turísticos, SGPS	25,90%	25,90%
	<u>100%</u>	<u>100%</u>

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2014 a reserva legal ascendia a € 38.857.

Outras reservas

A 6 de maio de 2014, a Administração deliberou que o resultado líquido positivo do exercício findo a 31 de dezembro de 2013 no montante de €17.832 fosse transferido para a conta de outras reservas (€14.266) e para a conta de reservas legais (€3.566). Este montante difere do valor apresentado no balanço da Empresa, decorrente da reexpressão efetuada e mencionada na Nota 5, com efeitos a 1 de janeiro de 2013.

O impacto decorrente das alterações efetuadas na conta de outras reservas da Empresa é detalhado conforme se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

	Aprovado pela Administração	Ajustamentos	Reexpresso
Ano 2010	148.801	(16.366)	132.435
Ano 2011	283.768	(38.194)	229.208
Ano 2012	321.388	(30.589)	236.239
Ano 2013	342.776	-	257.626
	342.776	(85.150)	257.626

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as outras reservas apresentaram ainda o seguinte movimento:

	Reserva estatutária	Reserva Ajust. Conversão	Total outras reservas
Saldo a 01-01-2013 apresentado	328.324	(6.935)	321.388
Ajustes de reexpressão	(85.150)	-	(85.150)
Saldo a 01-01-2013 reexpresso	243.174	(6.935)	236.239
Aplicação de resultados	21.387	-	21.387
Saldo a 31-12-2013	264.562	(6.935)	257.626
Aplicação de resultados	17.832	-	17.832
Outras correções	(36.678)	-	(36.678)
Saldo a 31-12-2014	245.715	(6.935)	238.780

O montante registado na rubrica "Reserva Ajust. Conversão" refere-se na sua totalidade, aos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras do referencial contabilístico "POC" para "NCRF".

Reserva Estatutária: É constituída para obedecer aos estatutos da empresa. A Infratróia constituiu uma reserva de investimento, cujo quantitativo anual será igual ao resultado líquido do período, deduzido da reserva legal. A reserva de investimento terá a utilização que lhe for fixada em Assembleia Geral.

Outras variações no capital próprio

Os valores inscritos na rubrica "Outras variações no capital próprio" são respeitantes ao subsídio ao investimento (Passadiço – UNOP 2), recebido ao abrigo do programa QREN, e impacto do respetivo imposto diferido.

Em 31 de dezembro de 2014 a rubrica apresentava a seguinte variação:

	Subsídio QREN	Subsídio QREN (Imposto diferido)	Total Subsídios
Quantia em 01-01-2014	36.306	(9.043)	27.263
Imputação	(4.538)	1.107	(3.431)
Quantia em 31-12-2014	31.768	(7.936)	23.832

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as rubricas de "Fornecedores" e de "Outros passivos financeiros" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	95.008	89.424
	<u>95.008</u>	<u>89.424</u>
Outras contas a pagar		
Outras operações com o pessoal	15	372
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	20.888	11.811
Credores por acréscimo de gastos:		
- Remunerações a liquidar	36.915	31.249
- Outros serviços	210.430	163.677
Outras dívidas a terceiros	60.763	60.581
	<u>329.012</u>	<u>267.689</u>
	<u>424.020</u>	<u>357.113</u>

A rubrica "Outros serviços" presente no quadro anterior, contempla entre outros, gastos relativos a Conservação e reparação (113.797 Eur) e Trabalhos especializados (76.075 Eur).

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são detalhados conforme se segue:

	Entidade financiadora	2014 Montante utilizado		2013 Montante utilizado		Vencimento	Tipo de amortização	Taxa média juro
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente			
Instituições financeiras:								
Outros empréstimos obtidos:								
Contrato leasing (nº 400102572)	Millennium BCP	30.587	19.559	29.344	50.140	mai-16	Mensal	5,49%
Contrato leasing (nº 190282)	Santander Totia	8.112	12.430	7.520	20.601	mar-17	Mensal	7,33%
		<u>38.698</u>	<u>31.989</u>	<u>36.864</u>	<u>70.741</u>			
Total instituições financeiras		<u>38.698</u>	<u>31.989</u>	<u>36.864</u>	<u>70.741</u>			

Estes financiamentos relacionam-se com os ativos referidos na nota 7.

13 ADIANTAMENTOS DE CLIENTES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as rubricas "Adiantamentos de clientes", "Adiantamentos a fornecedores" e "Outras contas a pagar" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Adiantamentos de clientes		
Corrente	190	280
	<u>190</u>	<u>280</u>
Adiantamentos a fornecedores		
Corrente	16.910	12.182
	<u>16.910</u>	<u>12.182</u>
Outras contas a pagar		
Outras operações com o pessoal	15	372
Fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis	20.888	11.811
Credores por acréscimo de gastos:		
- Remunerações a liquidar	36.915	31.249
- Outros serviços	210.430	163.677
Outras dívidas a terceiros	60.763	60.581
	<u>329.012</u>	<u>267.689</u>

A rubrica "Outros serviços" presente no quadro anterior, contempla entre outros, gastos relativos a Conservação e reparação (113.797 Eur) e Trabalhos especializados (76.075 Eur).

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2014		2013	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	4.329	-	8.784	-
Estimativa de imposto	23.505	-	29.453	12.038
Retenção na Fonte	3.903	-	3.840	-
Retenção de impostos sobre rendimentos				
Retenções efetuadas a terceiros	-	2.926	-	2.310
Imposto sobre o valor acrescentado	54.256	-	23.429	2.654
Contribuições para a Segurança Social	-	6.427	-	5.794
Outras tributações	-	10	-	-
	<u>85.993</u>	<u>9.363</u>	<u>65.505</u>	<u>22.797</u>

Não existem dívidas incluídas na rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" em situação de mora.

15 DIFERIMENTOS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2014	2013
Rendimentos a reconhecer		
Rendas Edifícios	2.801	2.796
Subsídios - IEFP	3.581	6.185
	<u>6.382</u>	<u>8.982</u>

16 SUBSÍDIOS DO GOVERNO

O subsídio reconhecido pela empresa a 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é detalhado conforme se segue:

Subsídio	2014			2013		
	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rédito do período	Rédito acumulado	Montante total
Subsídios à exploração:						
Subsídio IEFP - Estágio	20.431	16.111	4.320	18.352	18.352	7.606
	<u>20.431</u>	<u>16.111</u>	<u>4.320</u>	<u>18.352</u>	<u>18.352</u>	<u>7.606</u>
Subsídios ao investimento:						
QREN - Passadço UNOP 2	56.729	45.383	11.346	4.538	4.538	56.729
	<u>56.729</u>	<u>45.383</u>	<u>11.346</u>	<u>4.538</u>	<u>4.538</u>	<u>56.729</u>

17 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é detalhado conforme se segue:

	2014	2013
Venda de bens	-	-
Prestação de serviços	882.751	790.154
	<u>882.751</u>	<u>790.154</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é detalhada conforme se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Montantes expressos em Euros)

	2014	2013
Trabalhos especializados	211.483	149.225
Publicidade e propaganda	962	4.870
Vigilância e segurança	1.087	1.020
Honorários	4.206	9.700
Conservação e reparação	213.387	239.933
Serviços bancários	7.446	9.215
Patrocínios	19.679	70.183
Materiais	25.878	15.481
Electricidade	127.483	99.227
Combustíveis	27.139	34.288
Outros fluidos	309	74
Deslocações, estadas e transportes	5.635	6.470
Rendas e alugueres	35.037	35.196
Comunicação	27.703	19.587
Seguros	14.934	16.483
Contencioso e notariado	4.086	3.575
Despesas de representação	2.342	6.403
Limpeza, higiene e conforto	7.561	5.012
Outros	1.403	1.633
	<u>737.760</u>	<u>727.576</u>

A rubrica "Trabalhos especializados" compreende, entre outros, gastos com Auditores (793 Eur), Contabilistas (33.080 Eur), Licenças de *software* (7.658 Eur), Advogados (9.461 Eur), Tratamento de resíduos (67.819 Eur), Assistência informática (13.133 Eur) e Estudos de exploração (62.900 Eur).

O aumento da rubrica "Electricidade" é devido à não possibilidade de dedução do IVA, e por conseguinte, registo como gasto do período (conclusão da inspeção de IVA, já referida na nota 5).

19 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é detalhada conforme se segue:

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	255.081	242.647
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	53.971	51.654
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	1.295	1.863
Gastos de ação social	5.785	3.544
Outros	4.785	3.377
	<u>320.917</u>	<u>303.085</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o número médio de colaboradores foi de 19 e 18, respetivamente.

20 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	132.279	114.311
	<u>132.279</u>	<u>114.311</u>

21 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Rendimentos suplementares:		
Outros rendimentos suplementares	296.201	398.262
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	9.300	-
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	1.365	6.730
Excesso da estimativa para impostos	3.899	1.287
Imputação de subsídios para investimentos	4.538	9.077
Juros obtidos - Depósitos bancários	1.100	923
Juros de Mora	806	1.308
Outros rendimentos e ganhos	732	1.291
	<u>317.941</u>	<u>418.876</u>

A rubrica "Outros rendimentos suplementares" inclui, entre outros, rendimentos relativos a receita do Casino de Tróia, rendas de edifícios, comissões, limpeza de praias e fiscalização de trânsito.

22 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é conforme se segue:

	2014	2013
Impostos		
Impostos indirectos	691	108
Taxas	185	564
Outros:		
Donativos	17.000	2.500
Multas	805	83
Outros gastos e perdas	1.501	5.765
	<u>20.183</u>	<u>9.021</u>

23 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são detalhados conforme se segue:

	2014		2013	
Juros suportados				
Juros de Mora	78		259	
Locações financeiras	4.258	4.336	5.885	6.144
		<u>4.336</u>		<u>6.144</u>

24 PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	Gastos		Rendimentos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Partes relacionadas - Grupo Sonae	86.948	107.408	270.524	260.778
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	<u>86.948</u>	<u>107.408</u>	<u>270.524</u>	<u>260.778</u>

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	Contas a Receber		Contas a Pagar	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Partes relacionadas - Grupo Sonae	46.653	93.346	28.472	4.041
Outras partes relacionadas	-	-	-	-
	<u>46.653</u>	<u>93.346</u>	<u>28.472</u>	<u>4.041</u>

25 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2014	2013 Reexpresso	2013 Apresentado
Resultado líquido do período	4.194	(18.847)	17.832
Número médio ponderado de ações em circulação	50.000	50.000	50.000
Resultado por ação básico	<u>0,08</u>	<u>(0,38)</u>	<u>0,36</u>

26 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não ocorreram eventos significativos, após 31 de dezembro de 2014 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados ou ajustados.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS


(Carla Ribeiro dos Santos Casquinha)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


(José Aníbal Gomes Ferro de Carvalho)


(Ricardo Miguel da Costa)


(João Pedro Pereira Nunes Madeira)

Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da INFRATROLA - Infraestruturas de Troia E.M., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.074.240 euros e um total de capital próprio de 555.662 euros, incluindo um resultado líquido de 4.194 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.



PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
O'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 732, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CAVM sob o nº 9077

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers network ("PwC"), uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Rua do Comércio, 1 - 3º - 1050-010 Lisboa, Portugal

Reserva

7 Conforme referido na nota 5 do Anexo a empresa reexpressou as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo a 31 de dezembro de 2013, como resultado de uma inspeção realizada pela Autoridade Tributária cujo resultado da mesma apenas foi conhecido durante o exercício de 2014. Tendo em consideração que se trata de um evento subsequente não ajustável, consideramos que a situação em causa se refere a uma alteração de estimativa e não a uma correção de um erro, pelo que os impactos da mesma deveriam ter sido reconhecidos no próprio exercício. Assim, consideramos que o resultado do exercício se encontra sobrevalorizado em 121.827 euros e as "Outras reservas" se encontram subvalorizadas pelo mesmo montante.

Opinião

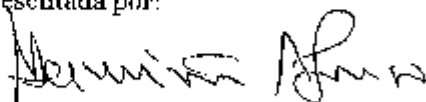
8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia L.M. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

21 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da INFRATROLA - Infraestruturas de Troia E.M., relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados, exceto nos aspetos mencionados na Certificação Legal das Contas,

iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;

iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua Antónia Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-014 Porto, Portugal
Tel: 351 225 433 000 Fax: 351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o N.º 1506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence a cada um dos membros que são membros da PricewaterhouseCoopers International Ltd Inc., cada um dos quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: PricewaterhouseCoopers, R.L. - 3000 1000 - 1 - 3º, 1000-000 Lisboa, Portugal

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

21 de abril de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.